UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2022**
Tp. Período	**Anual**
Curso	**CIÊNCIAS CONTÁBEIS (050/I-P)**
Modalidade	**Parcialmente a distancia**
Disciplina	**1924/I - PERICIA CONTABIL E ARBITRAGEM**
Turma	**CCN/PR**

Carga Horária:	**68**
C. Horár. EAD:	**13**

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Conceito e tipos. Processo judicial. Prova pericial. O perito judicial e o assistente técnico. Responsabilidade e ética. Impedimento e suspeição. Planejamento. Honorários periciais. Planejamento, execução e conclusão dos trabalhos periciais. Laudo pericial. Aplicações da perícia contábil. Arbitragem.

I. Objetivos

1) Apresentar os conceitos e os aspectos fundamentais, de natureza geral e processual (legal), da perícia, do perito e do laudo pericial.
2) Analisar as principais normas e legislação básica aplicadas ao perito e à perícia.
3) Expor os principais procedimentos no que tange o planejamento, a execução e a conclusão dos trabalhos de perícia contábil, na esfera judicial e, secundariamente, na esfera administrativa (extrajudicial).

II. Programa

1) Perícia (aspectos conceituais, históricos e processuais).
2) O perito judicial e o assistente técnico.
3) Aplicações da perícia contábil.
4) Planejamento, execução e conclusão dos trabalhos de perícia contábil judicial.
5) Honorários.
6) Laudo pericial contábil e o parecer técnico contábil.
7) Responsabilidade e ética.
8) Estudos de casos.

III. Metodologia de Ensino

- Aulas expositivas dialogadas mediante ampla discussão dos temas abordados.
- Utilização de recursos didáticos diversos, a saber: quadro de giz, projetor multimídia, textos, ambiente virtual de aprendizagem (Moodle), etc.
- Trabalhos intra e extraclasse em grupo.
- Leitura dirigida de textos, artigos selecionados, normas e legislação aplicável.
- Estudos de casos, a partir de situações factuais ou por conjectura, a saber, laudos periciais (de tipos diversos) emitidos por peritos, pareceres da perícia contábil emitidos por assistentes técnicos, etc.
- Seminários.

Ensino a Distância (Conforme Resolução nº 0062/2008-CEPE/UNICENTRO)

I. Conteúdos que serão abordados a distância

Laudo pericial contábil e o parecer técnico contábil; Estudos de casos

II. Metodologia de trabalho

Explanações online e interativas, vídeo aulas, orientações por meio de chat, fóruns, autoestudo do conteúdo, a partir de resumos direcionados ou questões para discussão, entre outros.

III. Tecnologias utilizadas

Ambiente virtual de aprendizagem, plataforma Moodle, Google Suite e outras TICs empregadas de modo integrado ao Moodle

IV. Cronograma de tutoria presencial

A tutoria presencial será realizada nos horários destinados ao Atendimento ao Aluno (AA) da disciplina.

V. Critérios de avaliação

Os trabalhos desenvolvidos na plataforma Moodle, recurso ‘tarefas’, compõem, juntamente com os demais trabalhos realizados fora do ambiente virtual de aprendizagem a composição das nota.

VI. Cronogramas de avaliação

Os trabalhos desenvolvidos na plataforma Moodle, recurso ‘tarefas’, juntamente com os demais trabalhos realizados fora do ambiente virtual de aprendizagem, serão realizados e avaliados tão logo encerrado o conteúdo correspondente.

IV. Formas de Avaliação

Serão realizadas, pelo menos, duas provas ‘parciais’, individuais, contendo questões de múltipla escolha e, ocasionalmente, questões dissertativas, podendo haver também provas específicas de consulta, a critério do professor; a prova ‘parcial’ poderá ser substituída por estudos de casos, a partir de situações factuais ou por conjectura.
A recuperação de estudos será realizada por meio de trabalhos e/ou prova durante os semestres letivos.

V. Bibliografia

Básica

ALBERTO, Valter Luiz Palombo. Perícia contábil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
BRASIL. Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: . Acesso em: 07 fev. 2020.
_____. Decreto Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1942. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda livros, e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 07 mai. 2022.
_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: . Acesso em: 17 mai. 2022.
_____. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: . Acesso em: 17 mai. 2022.
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Norma Brasileira de Contabilidade NBC PP01 (R1), de 19 de março de 2020. Dá nova redação à NBC PP01 que dispõe sobre perito contábil. Disponível em: . Acesso em: 29 mai. 2022.
_____. Norma Brasileira de Contabilidade NBC PP02, de 21 de outubro de 2016. Aprova a NBC PP 02 que dispõe sobre o exame de qualificação técnica para perito contábil. Disponível em: . Acesso em: 17 mai. 2022.
_____. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TP01(R1), de 19 de março de 2020. Dá nova redação à NBC TP01, que dispõe sobre perícia contábil. Disponível em: . Acesso em: 29 mai. 2022.
_____. Norma Brasileira de Contabilidade NBC PG 12(R3) EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA, de 24 de novembro de 2017. Disponível em: . Acesso em: 17 mai. 2022.
_____. Resolução nº 1.502, de 19 de fevereiro de 2016. Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 17 mai. 2022.
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 233, de 13 de julho de 2016. Dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus. Disponível em: . Acesso em: 17 mai. 2022.
COSTA, João Carlos Dias da. Perícia contábil: aplicação prática. São Paulo: Atlas, 2017.
CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Manual do perito contábil: exemplos, modelos e exercícios. São Paulo: Atlas, 2018.
HOOG, Wilson Alberto Zappa. Prova pericial contábil: teoria e prática. 15. ed. Curitiba: Juruá, 2018.
MOURA, Ril. Perícia contábil: judicial e extrajudicial. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.
MULLER, Aderbal Nicolas; TIMI, Sônia Regina Ribas; HEIMOSKI, Vanya Trevisan Marcon. Perícia contábil. São Paulo: Saraiva, 2017.
ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. Perícia contábil. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Instrução Normativa nº 7, de 20 de setembro de 2016. Cadastro de Auxiliares da Justiça (CAJU). Disponível em: . Acesso em: 07 fev. 2020.
ZANNA, Remo Dalla. Prática de perícia contábil. 5. ed. São Paulo: IOB 2016.

Complementar

BRASIL. Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. Dispõe sobre a arbitragem. Disponível em: . Acesso em: 17 mai. 2022.
_____. Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: . Acesso em: 17 mai. 2022.
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. Manual de orientação de procedimentos para cálculos na Justiça Federal. Disponível em: . Acesso em: 17 mai. 2022.
HOOG, Wilson Alberto Zappa. Perícia contábil em ações de prestação de contas. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2016.
_____. Resolução de sociedade e avaliação do patrimônio na apuração de haveres. 7. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2018.
IMHOF, Cristiano. Lei de recuperação de empresas e falência: interpretada artigo por artigo. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
MAGALHÃES, Antônio de Deus Farias. Perícia contábil: uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
MULLER, Aderbal Nicolas; ANTONIK, Luis Roberto. Cálculos periciais: efeitos inflacionários, números índices, indexadores e sistemas de amortização. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2013.
NEVES, Antônio Gomes das. Curso de perícia contábil. 3. ed. São Paulo: LTr, 2012.
PIRES, Marco Antônio Amaral. Laudo pericial contábil: com estudos de laudos periciais judiciais e modelos de petições. 6. ed. Curitiba: Juruá, 2019.
SÁ, Antônio Lopes de. Perícia contábil. 10. ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 2011.
SERTÃ JUNIOR., Luiz Roberto Charnaux. Perícia judicial: fundamentos, ferramentas, meio ambiente. Rio de Janeiro: Processo, 2018.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Manual da função de pagamento dos honorários dos auxiliares da justiça. Disponível em: . Acesso em: 17 mai. 2022.

APROVAÇÃO

Inspetoria: DECIC/I
Tp. Documento: Ata Departamental
Documento: 279
Data: 28/07/2022